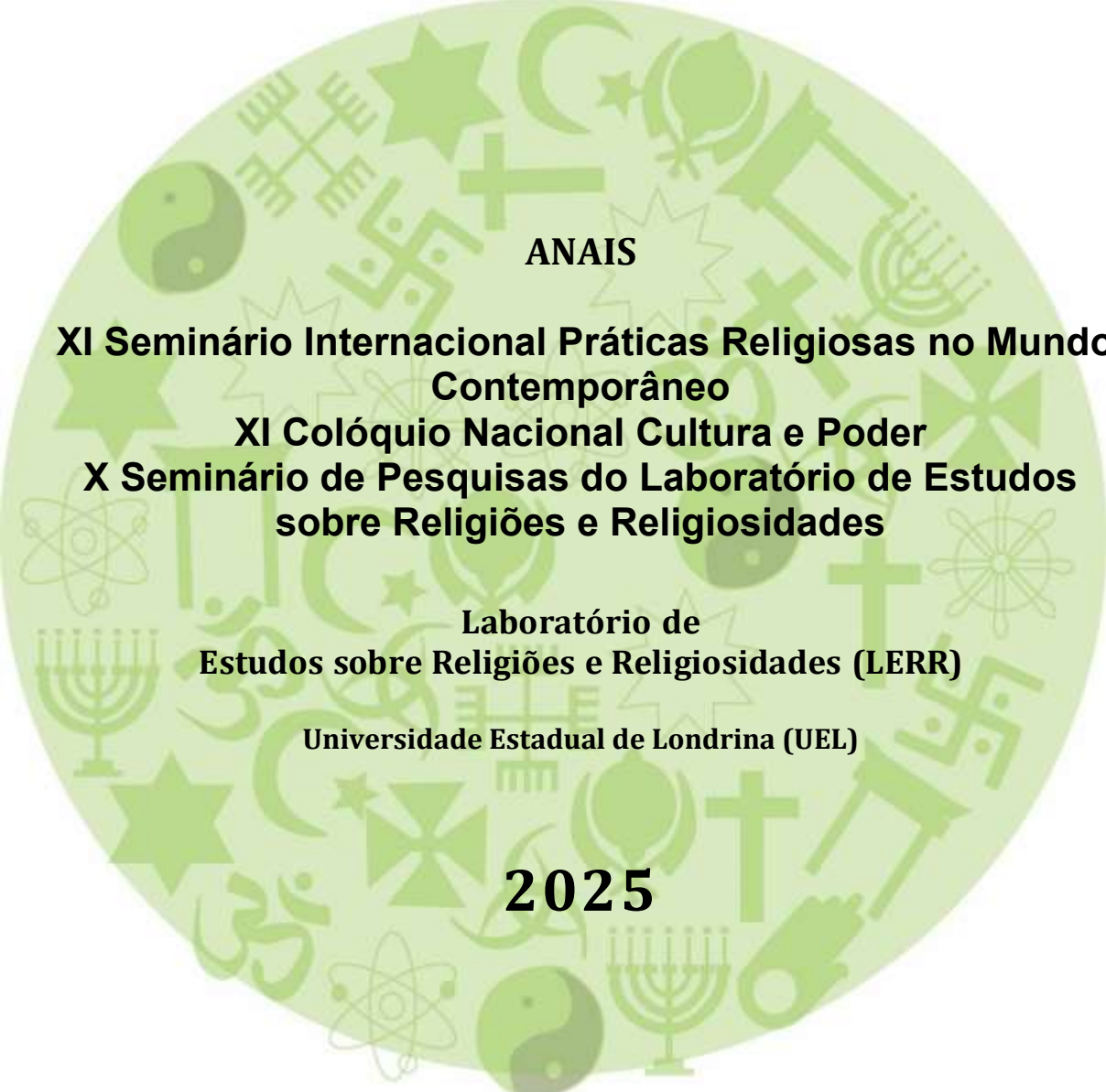




**ANAIS**

**XI Seminário Internacional Práticas Religiosas no Mundo  
Contemporâneo**

**XI Colóquio Nacional Cultura e Poder**

**X Seminário de Pesquisas do Laboratório de Estudos  
sobre Religiões e Religiosidades**

**Laboratório de  
Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR)**

**Universidade Estadual de Londrina (UEL)**

**2025**

**GT 4 – Mundo Antigo, Medieval e Religião**

# A IGREJA PERSEGUIDA COM DIOCLECIANO (284-305d.C.) E A IGREJA TRIUNFANTE COM CONSTANTINO (307-337 d.C.): OS CAMINHOS TRAÇADOS PELA IGREJA CRISTÃ NO SÉCULO IV

Mariana Pires Alarcon (UEL- PG) <sup>1</sup>

**Resumo:** Um dos momentos mais decisivos para a História do cristianismo acontece no século IV, quando o imperador Constantino se converte ao cristianismo. Neste trabalho realizo um levantamento de informações acerca das transformações ocorridas na relação entre Império romano e igreja cristã. Para isso, adotaremos como marcos cronológicos para o trabalho o reinado de dois imperadores que estabeleceram relações antagônicas com o cristianismo. Diocleciano, responsável pela “Grande Perseguição” (303-311 d.C.), e Constantino, considerado o primeiro imperador cristão. A pesquisa tomará como fonte primária o relato de Eusébio de Cesareia, *História Eclesiástica* (326 d.C.). Como metodologia de análise da documentação seguirei os pressupostos da Nova História Cultural, principalmente o conceito de *representação* apresentado por Roger Chartier, em seu trabalho *O Mundo como Representação* (1991). Os trabalhos que fundamentam a pesquisa são *Quando nosso mundo se tornou cristão* (2011), do historiador Paul Veyne e *Repensando o Império romano: perspectiva socioeconômica, política e social* (2006), organizados por Gilvan Ventura da Silva e Norma Musco Mendes. As categorias de análise na Antiguidade diferem em grande medida das contemporâneas. Durante muito tempo a historiografia considerou que as convicções religiosas de Constantino não estariam ligadas à sua conversão, mas somente à sua ambição pessoal em busca de poder. Todavia, as decisões políticas no século IV em certa medida também eram religiosas.

**Palavras-Chaves:** Diocleciano. Constantino. Cristianismo. Império Romano.

## INTRODUÇÃO

Dentre as marcas do relacionamento do cristianismo e do Estado romano está a relativa paz em que conviveram até o ano de 62 d.C. Até então para as autoridades romanas, o cristianismo era uma seita que pregava sobre Cristo, o ungido e o filho de Deus, não ultrapassando a status de ser uma vertente do judaísmo. Em razão das suas campanhas expansionistas, os romanos tiveram que aprender a conviver com várias culturas e religiões, mantendo usualmente uma política de *tolerância religiosa*<sup>2</sup>. Porém, existiram casos de hostilização contra alguns grupos religiosos, entre eles os cristãos.

O problema se inicia no governo do imperador Nero (54-68 d.C.), mas ganha força no século II d.C. O cristianismo se constituía como uma religião monoteísta, por conta disso, recusava oferecer culto a outros deuses e ao próprio imperador. São nesses termos que o

---

<sup>1</sup> Graduada em História. Aluna Especial no programa de Pós-Graduação na Universidade Estadual de Londrina. E-mail de contato: piresalarcon@gmail.com

<sup>2</sup> Uma das práticas de abertura religiosa que os romanos possuíam se chama *euocatio*, que “consistia em convidar os deuses inimigos a se mudarem para Roma, onde receberiam um culto em troca da sua proteção” (Pinto, 1997, p. 351).

Império romano empreende perseguições esporádicas aos cristãos ao longo dos dois primeiros séculos da Era Comum, motivadas na maioria dos casos por denúncias de particulares. Posteriormente, nos séculos III e IV d.C. as perseguições deixam de ser ataques a comunidades locais e se transformam em ações violentas sistemáticas, como a “Grande Perseguição” realizada pelo imperador Diocleciano em 303-311 d. C.

Entretanto, alguns anos depois, o imperador Constantino se converte ao cristianismo e põe fim às perseguições, conferindo liberdade de culto aos cristãos. Além disso, a Igreja cristã começa a acumular grandes privilégios. O batismo cristão, no entanto, recebe apenas no seu leito de morte. Este trabalho tem por objetivo analisar as relações antagônicas estabelecidas entre os dois imperadores romanos, Diocleciano e Constantino, para com a religião cristã. A pesquisa tomará como fonte primária o relato do bispo Eusébio de Cesareia, *História Eclesiástica* (326 d.C.), que foi concluído nas primeiras décadas do século IV, tendo sido o autor contemporâneo dos eventos finais que busca narrar. É considerado um dos mais ricos relatos sobre a igreja dos primeiros séculos.

Como metodologia de análise da documentação textual, seguiremos os pressupostos da Nova História Cultural utilizando o conceito de *representação*. Apresentado por Roger Chartier em seu texto *O mundo como representação*, entendemos ser a representação um certo tipo de prática que tem por função articular e conferir sentido ao restante das práticas sociais. A noção de representação, tal como postula Chartier é um instrumento primeiro de trabalho.

Chartier entende que as representações não são simples reflexos da realidade, mas foram social e culturalmente construídas. Essas representações ajudam a compreender, organizar e dar sentido ao mundo, são moldadas por valores, crenças, relações de poder e práticas sociais. O público leitor interpreta e ressignifica as representações de acordo com seu contexto social, cultural e histórico. Todavia as representações estão inseridas em relações de poder, dessa forma, as disputas simbólicas do discurso ajudam a reforçar, legitimar e contestar normas sociais, políticas e religiosas.

Nossa perspectiva é outra: quer compreender a partir das mutações no modo de exercício do poder (geradores de formações sociais inéditas) tanto as transformações das estruturas da personalidade quanto as das instituições e das regras que governam a produção das obras e a organização das práticas. (Chartier, 1991, p.188)

Ao utilizar o conceito de representação como instrumento na análise da documentação, partimos do princípio de que as representações que Eusébio e Lactâncio veiculam em suas obras

têm o poder de interferir na realidade social dos leitores cristãos na medida em que articulam e conferem sentidos vários, por meio da narração de uma história do cristianismo, ao conjunto das práticas e das crenças cristãs.

## ESTRUTURA POLÍTICA DO IMPÉRIO NOS SÉCULOS III e IV d.C.

As ações imperiais dos séculos I e II d.C. conduziram o Império a se expandir e a proteger o vasto território que se estendia da Grã-Bretanha ao Norte da África e à Síria. A paz e prosperidade alcançadas criam no século II a *Idade de Ouro* desse império. Todavia, os problemas de longo prazo aparecem com força no século seguinte. Uma vez que as fronteiras se alargam, o exército romano não conseguia proteger e expandir o território ao mesmo tempo. As guerras eram o que geravam lucro e abasteciam o tesouro público. Uma vez que isso acaba, o Império romano perde a característica que o sustenta, a conquista.

A crise no exército se afunila para uma crise econômica muito maior. A inflação obrigava o governo a impor pressões tributárias à população para assegurar o pagamento de impostos e manter a máquina estatal funcionando (Martin, 2014, p.242). Desde o final da dinastia do Antoninos (96-192 d.C.) uma crise sucessória atinge o Império Romano, com isso, se inicia um período de guerras civis, marcada por conflitos internos e externos, onde muitos imperadores se sucedem rapidamente, gerando o colapso da autoridade romana, durante um período chamado de *Anarquia Militar*, que se encerra com a ascensão de Diocleciano ao poder.

Esse termo, *Anarquia Militar*, condiz com a situação que o Império Romano enfrentava. A ameaça constante de outros povos na fronteira do Império exigia uma atuação firme do governo. Por isso, era tão comum a sucessão de imperadores, as tropas imperiais aclamavam seus generais a assumirem a liderança nas guerras contra os invasores e muitos acabavam morrendo em combate ou sendo mortos pelas próprias tropas. Como dito anteriormente, Diocleciano ascende ao poder em um momento de superação da *Anarquia Militar*, mas ainda em contexto de crise. Sendo assim, Roma enfrentava uma crise política, causada pela instabilidade em estabelecer imperadores e dinastias; uma crise militar, em razão das tentativas de invasão e uma crise econômica originária dos gastos com o exército (Assumpção, 2018, p.53).

O *Dominato* foi um sistema político-ideológico que se consolidou no Império Romano no final do século III e perdurou até o fim do século IV, essa periodização é a mais utilizada pelos historiadores. Segundo Gilvan Ventura da Silva e Norma Musco Mendes, o surgimento do *Dominato* corresponderia ao Baixo Império, ou seja, aos momentos finais da história da

civilização romana (Silva; Mendes, 2006, p.193). Por muito tempo a historiografia tratou esse momento como um período de declínio, esgotamento e queda. Entretanto, essa forma de analisar o período não mais abrange a complexidade das relações políticas, culturais, econômicas e sociais do Império. Por essa razão, adotaremos o conceito de *Antiguidade Tardia*, as ideias expressas neste conceito tendem a evitar visões que tratam do Mundo Antigo como um momento de queda ou declínio, “mas sim de surgimento de novas concepções religiosas e estéticas, de novas invenções e técnicas artísticas que exercem uma inegável influência sobre as sociedades posteriores” (Silva; Mendes, 2006, p.195).

Nessa concepção, é necessário que evitemos entender o tempo como uma sequência inevitável de transformações irreversíveis, uma vez que o que nos aparecem são inúmeras tentativas de reequilíbrio. O *Dominato* é inaugurado no governo do imperador Diocleciano (284 a 305 d.C.) e termina em 476 d.C. com a deposição de Rômulo Augusto por Odoacro, rei dos hérulos. A historiografia não mais entende as ações como fadadas ao fracasso ou sucesso, mas como consequências de seu próprio tempo. Sendo assim, quando Diocleciano assume o governo do Império, ainda no século III, a sociedade romana passava por uma grave crise, que atingia as esferas políticas, econômicas, sociais e precisava ser controlada através da adoção de medidas político-administrativas que fossem capazes de reequilibrar o grande Império (Silva; Mendes, 2006, p.197).

Diocleciano assume o poder já no declínio da Anarquia Militar, entretanto, a sociedade romana após esse período apresentava características muito particulares, que forneciam base para a construção do *Dominato*, que, segundo Silva e Mendes, seria uma entidade política, que envolveria o Estado e a sociedade para regular a situação de instabilidade política e controlar as pressões externas e internas (Silva; Mendes, 2006, p. 197). Como forma de combater os problemas, Diocleciano estabeleceu a Tetrarquia,

um sistema de governo que tornava praticamente irreversível a divisão do Império entre dois ou mais titulares como uma maneira de otimizar a administração e defesa do amplo território controlado pelos romanos. (Silva; Mendes, 2006, p.199)

Sendo assim, nesta forma de governo do território por quatro imperadores concomitantes, Diocleciano e Maximiano são os dois Augustos e Galério e Constâncio Cloro os dois Césares. A cada um deles foi destinado uma parcela do território romano e cabia aos imperadores sua defesa e administração. A divisão apenas significava uma simplificação da divisão das tarefas, uma vez que todos os imperadores possuíam igual autoridade política,

militar e legislativa (Silva; Mendes, 2006, p.199). Entretanto, a Tetrarquia seguia alguns princípios hierárquicos, como, por exemplo, a antiguidade no cargo, o reconhecimento dos Césares da preeminência dos Augustos e os vínculos de adoção e casamento. O sistema tetrárquico chega ao fim em 305 d.C., por conta de instabilidades causadas pela abdicação de Diocleciano e Maximiano. Porém, a repartição do poder imperial em mais de um imperador acabou se afirmando como uma tendência irreversível (Silva, 2006, p.200).

Constantino (272-337 d.C.) assume o poder após a morte do seu pai, Constâncio Cloro, em 306 d.C., porém sua aclamação traria de volta ao cenário político romano o reaparecimento de disputas e usurpações. Ficava claro que apenas a aclamação militar não seria garantia de estabilidade e permanência. Sendo assim, os imperadores precisariam de outros artifícios para garantir um governo longo e sem usurpações. Dessa forma, durante o Dominato o imperador adquire uma característica de *dominus* e quase um *diuus*<sup>3</sup>. Com a necessidade de manter um poder centralizado, durante o século IV essas convicções se potencializam, ou seja, era a forma do imperador se colocar acima das instituições e grupos sociais (Franchi, 2008, p.187).

No início do século IV, o Império ainda estava dividido em quatro coimperadores, dois deles repartiram as terras do Oriente e outros dois ficavam com as terras do Ocidente. Após a abdicação de Diocleciano e Maximiano, a crise sucessória toma conta da política romana novamente. Não havia concordância em relação à sucessão imperial, em decorrência disso, se inicia mais um período de disputas pelo trono. Maxêncio, que era filho de Maximiano, em tentativa de usurpar o trono romano consegue os territórios da Itália e Roma para si, entretanto essa região fazia parte das terras sobre as quais Constantino tinha influência.

Como forma de recuperar a Itália de volta, Constantino e Maxêncio entram em guerra e esse talvez seja um dos episódios mais marcantes para a Igreja cristã em quatro séculos. Em 312 d.C., um dia antes da sua batalha final contra Maxêncio, Constantino tem um sonho (como este sinal vencerás!), no qual o Deus dos cristãos promete-lhe a vitória se o imperador se comprometer em anunciar publicamente sua nova religião (Veyne, 2011, p.7). Esse episódio ficou conhecido como *Batalha da Ponte Mílvia* e marca o início do favorecimento pessoal de Constantino aos cristãos.

Outro acontecimento marcante e decisivo na História do cristianismo ocorreu em 324 d.C., quando Constantino derrotou o último perseguidor da fé cristã, Licínio, consolidando assim seu domínio sobre todo o Império Romano. Constantino precisava de uma religião que

---

<sup>3</sup> A associação entre poder imperial e o sagrado remonta à influência helênica no Império.

In: Seminário Internacional de Práticas Religiosas No Mundo Contemporâneo (LERR/UERL), 2025, Londrina. *Anais...* Londrina: UEL, 2025.

garantiria para si a posição do único *dominus* verdadeiro. O historiador Paul Veyne caracteriza Constantino como:

um homem de larga visão: sua conversão permite-lhe participar daquilo que ele considerava uma epopeia sobrenatural, de assumir a direção desse movimento, e, com isso a salvação da humanidade; tinha ele o sentimento de que, para essa salvação, seu reinado seria, sob o ponto de vista religioso, uma época de transição na qual ele próprio teria um papel importantíssimo a representar. (Veyne, 2011, p.5)

7

Sua conversão é uma estratégia ousada, pois Constantino se torna um soberano cristão em um Império que ainda permanecerá pagão por alguns anos. Durante muito tempo a historiografia defendeu a conversão como parte de um plano de ambição pessoal do imperador em busca de poder. A aliança com a Igreja não seria por conta de sua fé, mas por conveniência ao que o cristianismo poderia acrescentar em sua carreira política. Entretanto, essa visão presume que o imperador preveja quais as reais contribuições que o cristianismo de fato traria, uma vez que aos olhos imperiais o cristianismo, por muito tempo, não passou de uma seita derivada do judaísmo. Desta forma, analisar a postura de Constantino sob um viés estritamente político para assegurar e manter seu poder é equivocado. Imaginar que o imperador se converteu de maneira radical ao cristianismo, tornando-se um defensor da fé cristã única e exclusivamente por amor à religião, é perigoso.

Dessa forma, não é o objetivo deste trabalho analisar a veracidade da conversão de Constantino, se realmente o imperador se converteu por algum tipo de revelação divina, na ocasião da Batalha da Ponte Mílvia, ou se ele era friamente um político calculista. De alguma forma o cristianismo conseguiu alcançar uma posição de destaque, deixando de ser uma religião perseguida, para se tornar a religião oficial de um Império. A constatação da autenticidade da fé de Constantino talvez fosse confusa para o próprio imperador, que mesmo após sua *conversão* na ponte Mílvia, continuou adorando e não negando os deuses pagãos, mas que, ao mesmo tempo, foi batizado em seu leito de morte. As concepções religiosas do século IV não se assemelham às contemporâneas e tentar equiparar essas duas realidades é anacrônico, “o Estado, no Mundo Antigo, era considerado uma instituição tão política quanto religiosa” (Marvilla, 2007, p.16).

É inegável o papel crucial de Constantino para a aproximação entre poder imperial e a igreja cristã, sem o imperador o cristianismo seria ainda uma seita de vanguarda (Veyne, 2011, p.14). Em razão desta aproximação o cristianismo tinha o aparato necessário para se impor

perante as demais religiões, mas isso não significava que o Estado romano deixasse de relacionar sua política com as demais religiosidades. Entretanto, a partir da oficialização do culto cristão em fins do século IV, o contexto já não permitia pluralidade, a religião era monoteísta, possuía um Deus e um imperador. Os cristãos se tornaram os novos detentores do poder e mantiveram sua hegemonia no Império por um longo período.

## CONSTANTINO SEGUNDO EUSÉBIO

Apesar das perseguições a que a Igreja cristã foi submetida ao longo dos primeiros quatro séculos de sua existência, em 312 d.C., sua história começaria a mudar. É nessa ocasião que o imperador Constantino inicia sua campanha pessoal em favor do cristianismo. Em fins do século IV d.C., a fé cristã deixa de ser a religião perseguida e passa a ser a religião oficial do grande Império Romano, um salto exponencial na sua história. As narrativas, especialmente de autores cristãos, criam uma visão muito particular e até mesmo *partidária* das perseguições às quais os cristãos foram submetidos. Desde os relatos de martírio de cristãos até as obras de Eusébio de Cesareia no século IV d.C., muitos escritores cristãos retratam o cristianismo como altamente perseguido e hostilizado, quase como uma *vítima* de imperadores cruéis e profanos.

No decorrer do século IV, com apoio do imperador e com um aparato legal<sup>4</sup>, os cristãos iniciaram um longo processo de enquadramento de sua religião na sociedade romana. Entretanto, o favorecimento ao cristianismo não ocorreu repentinamente. A maior legitimidade conferida à religião cristã resulta numa maior interferência da Igreja na vida social e política do Império (Gatt, 2022, p.176). Dessa forma, à medida que o cristianismo adentra profundamente em todas as camadas sociais, mais notoriedade adquire entre governadores, membros da corte e do exército. Além disso, no século IV, a religião cristã desfruta de um prestígio que vai permanecer com ela durante toda a Idade Média, a associação com o poder político. Ainda neste século, se potencializa a construção teórica de consolidação do poder monárquico amparado por valores religiosos cristãos. A produção de obras como os panegíricos e outras fontes textuais aumenta consideravelmente, sempre com a função de exaltação de seus encomendadores, além de constituírem um instrumento de poder, construção ideológica e propaganda política (Franchi, 2008, p.188).

Sem dúvida, um dos grandes intelectuais responsável por uma parte considerável da produção historiográfica do quarto século é o bispo Eusébio de Cesareia. Nascido por volta de

<sup>4</sup> Edito de Milão.

260-265 d.C., na Palestina. Embora não haja informação sobre sua família e criação, sua história deixa claro que recebeu uma vasta educação cultural e religiosa. O mestre de Eusébio foi Pânfilo, discípulo de Orígenes, responsável pelo desenvolvimento de uma biblioteca na cidade de Cesareia Marítima, onde provavelmente Eusébio recebeu a maior parte de sua educação. De qualquer modo, a sua paixão pelos estudos superará a de seu mestre e levará Eusébio a lugares de grande prestígio. O acesso que possuía a uma quantidade significativa de material vindo da biblioteca em Cesareia permitiu que Eusébio construísse uma das características mais marcantes dos escritos daquela época, a utilização de material histórico como fonte. Todo esse esforço lhe rendeu o título de *Pai da História da Igreja* ou *Historiador da Igreja*.

Por volta de 313 d.C., depois da promulgação do Édito de Tolerância, Eusébio é elevado à condição de bispo de Cesareia. Durante o século III, houve uma significativa expansão do cristianismo, tanto no número de fiéis como no de líderes. Até a segunda metade do século III, o bispo era o representante das comunidades locais. A autoridade dos bispos remonta ao século II, eles representavam a tradição da fé e sua unidade. A organização eclesiástica começava localmente, os bispos tinham responsabilidades com sua comunidade e o conjunto de bispos de uma mesma região se organizava em sínodos. No século III, entretanto, desenvolve-se uma hierarquia episcopal, ou seja, dentro da ordem existia posições de maior destaque (Ramalho, 2012, p.37-38).

Desde o início de seu trabalho como bispo, Eusébio esteve envolvido com as polêmicas de Ário de Alexandria, este defendia que o Filho e o Pai eram constituídos de matérias diferentes, suas ideias foram conhecidas como arianismo e foram consideradas *heresias*. Por um momento de sua vida, Eusébio esteve inclinado às ideias de Ário, pois não conseguia crer em qualquer divisão real ou imaginada de Deus. Porém, as ideologias arianas foram recusadas ferrenhamente pela Igreja. Em 325 d.C. reúne-se um Concílio na cidade de Nicéia, convocado e patrocinado por Constantino, nessa oportunidade Eusébio teve a chance de se retratar e assinar a condenação de Ário. Essa aparente isenção do bispo de Cesareia se deve ao entusiasmo do imperador para com ele. Constantino desejava que os bispos chegassem a um acordo logo, para que assim houvesse unidade novamente. Foi nesse sentido que Eusébio interveio, ele estabelece as bases para o texto que seria oficializado no credo niceno, mesmo à custa de incoerência com as suas posições doutrinárias.

A relação entre o imperador e o bispo se estreitou ao longo do tempo, Eusébio de Cesereia enalteceu Constantino com discursos oficiais em comemorações, reconheceu a legitimidade do poder soberano e divino do imperador. A sua produção intelectual vai além do

debate teológico e da política eclesiástica. Eusébio compôs obras nos mais variados temas de interesse, como exegeses do Antigo e Novo Testamento, filologia, geografia, apologética e especulação dogmática. Eusébio se utiliza de um método analítico para a escrita de sua obra. Fortemente influenciado por uma corrente de pensamento neoplatônica, suas reflexões visam demonstrar que o cristianismo é a verdade a ser seguida.

A *História Eclesiástica*, sua principal obra, foi publicada com seu conteúdo completo por volta de 325 d.C. Esta obra possui dez livros que relatam os fatos desde o nascimento de Jesus Cristo até a vitória de Constantino em 324 d.C., fruto de muitos anos de pesquisa histórica de seu autor. Os três primeiros livros tratam do movimento de Jesus, com informações sobre outros personagens, como João Batista, Pilatos, entre outros, nestes capítulos existem informações a respeito do período pós-apostólico e dos martírios. A partir do livro IV, Eusébio dedica-se a elaborar uma lista de bispos das igrejas em Roma, Jerusalém, Alexandria e Antioquia, dando muito destaque na sua obra às sucessões episcopais e ao governo da Igreja. Até o capítulo VII se concentram as discussões e relatos das controvérsias teológicas que se manifestam na religião cristã e os intelectuais cristãos que a formam.

O último bloco é composto pelos livros VIII, IX e X, retrata o período correspondente à Tetrarquia que se inicia no governo de Diocleciano. O oitavo livro se dedica ao tema do martírio, pensando nos mártires da última grande perseguição de Diocleciano. No décimo livro, Eusébio descreve a vitória de Constantino, a unificação do Império e a retomada da Igreja, que se refere a uma história contemporânea a Eusébio, por isso, ao invés de fontes antigas, ele usa documentos oficiais, decretos e outros escritos que faziam parte de sua realidade.

Vemos em Eusébio o primeiro grande esforço de narrar com detalhes os acontecimentos da Igreja cristã. Seus escritos são a principal fonte para a história do cristianismo pós-apostólico. A *História Eclesiástica* é uma tentativa de explicar a associação do cristianismo com o Império Romano, no qual procura descrever historicamente o desenvolvimento da Igreja. Independentemente das imprecisões históricas do bispo, se faz necessário destacar algumas principais contribuições do autor na obra. Eusébio criou um novo gênero literário, no qual conjugou erudição bibliográfica, documental e teológica, para narrar acontecimentos passados e contemporâneos a ele. Seguindo esse raciocínio, através da *História Eclesiástica*, Eusébio consegue resgatar alguns acontecimentos importantes dos primeiros séculos do cristianismo.

O bispo de Cesareia associa de maneira inigualável o cristianismo e o poder imperial. Eusébio consegue estabelecer uma conexão entre o governo do Imperador Constantino e a interferência divina no fim das perseguições, relação que contribui para a expansão do

cristianismo e da unidade romana (Cruz, 2015, p.17-18). O encontro desses dois elementos cria uma base sólida para um futuro partilhado entre poder imperial e credo religioso cristão.

Segundo o conceito de *representação*, as imagens criadas por escritores cristãos, neste caso, em especial Eusébio de Cesareia, ajudam a compor o imaginário sobre o cristianismo na Antiguidade. Uma das figuras mais importantes do discurso de Eusébio é a cristandade, ou seja, o grupo dos fiéis ao cristianismo. O bispo, como a maioria dos cristãos que viveram durante os anos da Grande Perseguição, tiveram sua fé testada pelas ações violentas contra aqueles que se recusavam a sacrificar a deuses.

No seu relato o bispo traça uma imagem de que os cristãos fossem “súditos piedosos do seu reino<sup>5</sup>, que nunca em tempo algum tinham perturbado seu governo” (Eusébio de Cesareia, 325, livros X, cap VIII, p. 399). O martírio e o sofrimento dos cristãos são apresentados não apenas como testemunho profundo de resistência às imposições imperiais, mas como prova de sua fé. Os detalhes das formas de tortura e crueldade ressaltam a maldade dos perseguidores e a tirania que os cristãos enfrentavam. Entretanto, tudo era suportado por uma fé inabalável dos primeiros cristãos.

Os homens enfrentaram fogo, espada e crucificações, feras selvagens e as profundezas do mar, tinham os membros aleijados, eram marcados com ferro quente, tinham os olhos arrancados e todo o corpo mutilado. Também a fome, as minas e as prisões; e depois de tudo, escolhiam esse sofrimento por causa da religião, em vez de transferir a ídolos aquela veneração e culto devidos unicamente a Deus. (Eusébio de Cesareia, 325, livros VIII, cap XIV, p. 313-314)

Observamos uma construção narrativa que privilegia e posiciona os cristãos como vítimas absolutas de imperadores perversos e tiranos, ao mesmo tempo que exalta Constantino como o instrumento de Deus para salvá-los. Essa estratégia legitima a ascensão do cristianismo ao associar a vitória do imperador sobre seus inimigos e a intervenção divina nos conflitos.

A ele, o Deus supremo, concedeu do céu os frutos de sua devoção, os troféus da vitória sobre os maus, e aquele tirano abominável com todos os seus conselheiros e partidários, Ele lançou prostrado aos pés de Constantino. (Eusébio de Cesareia, 325, livros X, cap IX, p. 402)

<sup>5</sup> Referência ao governo de Licínio, que volta atrás na sua decisão em benefício aos cristãos e passa a ser um imperador hostil ao cristianismo.

A representação do imperador Constantino projetada por Eusébio é de um homem cristão defensor da fé e dos fiéis, que “determinou proteger aqueles que foram tão miseravelmente oprimidos pelo tirano” (Eusébio de Cesareia, 325, livro X, cap IX, p.402), que travaria batalha em prol da liberdade dos cristãos e, assim, “avançou para salvar vastas multidões do gênero humano” (Eusébio de Cesareia, 325, livro X, cap IX, p.402). Assim sendo, Eusébio narra a guerra de Constantino com Maxêncio e posteriormente com Licínio como guerras em nome da fé religiosa e não do controle político.

... não tivesse Deus, o Defensor dos seus servos, se antecipado a ele e guiado Constantino, seu servo, com um exército poderoso no meio destes eventos e, de repente, como na densa e impenetrável escuridão de uma noite sombria, fez com que surgisse uma luz e um libertador para todos. (Eusébio de Cesareia, 325, livros X, cap VIII, p. 401)

O Constantino que Eusébio representa triunfa juntamente com o cristianismo, que não somente transforma o rumo desta religião como de todo o Império. A partir da conversão do imperador, a monarquia romana encontra legitimidade na fé cristã e o cristianismo assume características daquela monarquia (Ramalho, 2012, p.132). Através do triunfo do cristianismo, Constantino não apenas o adota como sua religião pessoal, mas também reconhece nela uma força unificadora capaz de restaurar a coesão política do Império.

Mas o poderoso e vitorioso Constantino, adornado de toda a virtude da religião, com seu mais piedoso filho, Crispo César, assemelhando-se em todas as coisas ao pai, recuperou o controle do Oriente e assim restabeleceu o Império Romano ao seu antigo estado de um corpo unido; estendendo sua influência de paz em todo o mundo, do sol nascente às regiões opostas, de norte a sul, mesmo às últimas fronteiras do dia declinante. (Eusébio de Cesareia, 325, livro X, cap IX, p.402-403)

## CONCLUSÃO

As categorias de análise na Antiguidade diferem em grande medida das contemporâneas, fazer um debate histórico sobre elas é um desafio imenso. Durante muito tempo a historiografia considerou que as convicções religiosas de Constantino não estariam ligadas à sua conversão, mas somente à sua ambição pessoal em busca de poder. Os historiadores modernos conseguem fazer esse tipo de associação, pois religião e poder político assumem formas distintas das da Antiguidade, uma vez que observamos atualmente líderes políticos utilizando discursos religiosos para convencer seus eleitores.

Todavia, no século IV, tanto a fé quanto a política não se organizam dessa mesma forma. Constantino não era somente um homem puramente religioso nem um político calculista. Para ele, uma decisão religiosa era também política, sem que isso significasse uma contradição. Antes mesmo da conversão de Constantino, como já foi dito neste trabalho, o Império e a Igreja não eram, em essência, antagonistas, mas depois dela, os cristãos souberam utilizar a seu favor o “milagre” que transformou o imperador como o protetor da Igreja

## REFERÊNCIAS

### Fonte

EUSÉBIO DE CESAREIA. **História Eclesiástica**. Rio de Janeiro, CPAD, 2023.

### Bibliografia

ASSUMPÇÃO, Murilo Pereira. **As representações de Diocleciano (284-305 D.C.) e Constantino (307-337 D.C.) na produção textual pagã e cristã tardo antiga**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

CRUZ, Alfredo Bronzato da Costa. Ideólogo ou testemunha? Duas avaliações contemporâneas da pessoa e da obra de Eusébio de Cesareia. **Revista Coletânea**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, 2015, p.13-43.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 5, 1991, p. 173-191.

FRANCHI, Ana Paula. Constantino e a legitimação do poder imperial no século IV D.C.: um estudo do panegírico latino de 310. **Revista Vernáculo**, n.21 e 22, 2008, p. 184-197.

GATT, Pablo. Das perseguições à oficialização do Cristianismo no Império Romano: os relatos de Cipriano de Cartago e Eusébio de Cesareia. **Mundo Livre: revista multidisciplinar**, v. 8, n. 2. p. 157-188, jul/dez. 2022.

MARVILLA, Miguel. O Império Romano e o Reino dos Céus: a construção da imagem sagrada do imperador em *De laudibus Constantini*, de Eusébio de Cesaréia (séc. IV d.C.). Vitória: **Flor&cultura**, 2007.

MARTIN, Thomas R. **Roma Antiga de Rômulo a Justiniano**. L&PM Editores. 2014.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. Transformação no paganismo romano. **Phoênix 1997**, UFRJ - Laboratório de História Antiga. Rio de Janeiro, 1997, p. 343-369

RAMALHO, Jefferson et al. O Eusébio de Constantino e o Constantino de Eusébio: o início das relações de poder entre a Igreja e o Estado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), Mestrado em Ciência da Religião, 2012.

---

SILVA, Gilvan V. & MENDES, Norma M. **Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural**. Mauad Editora, Rio de Janeiro, 2006.

SILVA, Diogo Pereira da. Sobre a Morte dos Perseguidores, de Lactâncio—Capítulos I a XIII: tradução e notas. **Rónai—Revista de Estudos Clássicos e Tradutórios**, v. 9, n. 1, p. 167-192, 2021.

VEYNE, Paul. **Quando nosso mundo se tornou cristão (312-394)**. Civilização Brasileira, 2011.

\* \* \* \* \*